

MAPEAMENTO DE ZONAS LIVRES

Ambientes invisíveis à sociedade de controle que abrigam produções de subjetividade estéticas na cidade de Fortaleza

Luana Marchiori Veiga¹
Mestre em Artes Visuais pela UDESC
orientada pela Prof^{ra}. Yara Guasque.

Ticiano Pereira Monteiro²
Graduando em Artes Visuais pelo CEFET-CE
orientando do Prof. Ms. Herbert Rolim

Resumo

O presente artigo parte de uma reflexão acerca das implicações éticas e estéticas na subjetividade produzida a partir da relação com as tecnologias de informação e comunicação utilizadas a serviço da sociedade de controle e do capitalismo hiperindustrial. O foco principal é a observação de situações presentes na cidade de Fortaleza, nas quais emergem subjetividades que conseguem escapar à vigilância. Nessas “zonas livres” que se instauram no cotidiano ordinário das cidades alguns indivíduos retomam a escolha ética sobre suas ações produzindo subjetividades estéticas que não estão previstas pelas estruturas do capitalismo hiperindustrial.

Palavras-chave: arte, produção de subjetividade, vigilância, sociedade de controle.

O presente artigo parte de uma reflexão acerca das implicações éticas e estéticas na subjetividade contemporânea que é produzida a partir da relação dos indivíduos com as tecnologias de informação e comunicação, que, por sua vez, estão a serviço da sociedade de controle e do capitalismo hiperindustrial. O foco principal é a observação de situações presentes na cidade de Fortaleza, nas quais emergem subjetividades que conseguem escapar à vigilância. Nessas “zonas livres” que se instauram no cotidiano ordinário das cidades alguns indivíduos retomam a escolha ética sobre suas ações produzindo subjetividades estéticas que não estão previstas pelas estruturas do capitalismo hiperindustrial.

A tecnologia a serviço do controle

Atualmente tornou-se comum perceber-se sob o foco de uma câmera de vigilância. Tem sido grande o investimento nesse tipo de tecnologia tanto pelos Estados como por Corporações. Porém, o controle da sociedade por meio dos aparatos tecnológicos e das tecnologias de informação vai muito além das imagens coletadas de nossas ações pelas câmeras espalhadas nos espaços públicos. A maioria dos sistemas de informação aos quais estamos submetidos – através de nossos cadastros nas diversas instituições das quais fazemos parte: governo, escolas, trabalho, sistemas de saúde e de previdência, prestadoras de serviços - são programados para traçar nosso perfil individual pela análise dos dados que fornecemos. Tais perfis são construídos a partir das informações sobre tudo aquilo que passa por nós: o que compramos, o que lemos, quanto gastamos, quando, onde e com qual cartão pagamos, que sites consultamos, que palavras-chave buscamos, quem está cadastrado como amigo em nossas plataformas de relacionamento, quais telefones nos chamam ou chamamos, que assuntos costumam estar presentes em

nossa correspondência on-line, que canal de televisão assistimos, etc. Com estes dados é possível prever o comportamento de cada um de nós.

Os Estados utilizam essa facilidade para o controle de sua população. Já as Corporações fazem uso para determinar padrões de consumo, de maneira a desenvolver produtos ou campanhas de marketing cada vez mais assertivos para seu *target*. Enquanto estivermos fornecendo dados que indiquem um comportamento “normal”, continuamos anônimos na massa de informações, mas caso estes indiquem algum desvio do padrão, logo somos destacados da multidão e ficamos perfeitamente visíveis e localizáveis. Isso acontece, por exemplo, nos sistemas de espionagem interna nos Estados Unidos, que fazem esse tipo de varredura para procurar possíveis suspeitos de terrorismo. Escapar à vigilância, nesse contexto, seria permanecer anônimo, ou seja, indiferenciado: invisível.

O Panóptico como modelo de vigilância

Na sociedade disciplinar, definida pelo filósofo francês Michel Foucault (2004) como o tipo de organização social que se desenvolveu a partir do século XVII até o começo do século XX (que podemos relacionar à modernidade), o controle social era exercido por meio de uma vigilância contínua. Para isso era preciso confinar os indivíduos em um espaço arquitetônico projetado para oferecer máxima visibilidade. Foucault se utiliza do projeto do Panóptico, arquitetura planejada por Jeremy Bentham para servir de prisão no século XVIII, como descrição do dispositivo que melhor conteria as várias funções disciplinadoras desejadas na época. O Panóptico, a princípio, era um projeto arquitetônico de uma prisão, mas também, conforme prescrito por seu autor, “aplicável a qualquer sorte de estabelecimento, no qual pessoas de qualquer tipo necessitem ser mantidas sob inspeção; em particular as casas penitenciárias, prisões, casas de indústria, casas de trabalho, casas para pobres, manufaturas, hospícios, lazaretos, hospitais e escolas” (BENTHAM, 2000). O Panóptico é descrito como uma construção em anel com uma torre no centro, equipada de grandes janelas que dão a ver a parte interior do anel, que por sua vez é dividido em celas ocupando a espessura da construção. As celas têm uma janela de cada lado, uma para o interior do anel, que permite a cela ser vista a partir da torre, e outra para o exterior, de forma que a luz penetre a cela, facilitando a visibilidade do interior da cela para o vigia na torre central. Cada indivíduo em sua célula arquitetônica estaria a todo o momento visível, mas sem conseguir ver o foco da vigilância.

Podemos afirmar que atualmente a estrutura do Panóptico ampliou-se, deixou de precisar da conformação física e passou a ser um arcabouço abstrato. A sensação de se estar sendo vigiado é o que conta, mais do que a real ação de vigiar. A introjeção da vigilância é o que regula os impulsos dos indivíduos. O confinamento não é mais necessário, já que a sensação de estar sendo olhado acompanha cada um em todo momento. Esse modelo do Panóptico serve para explicar a popularização do uso de câmeras de vigilância atualmente. Seu uso se baseia na introjeção da vigilância. Os indivíduos não apenas podem ver as câmeras, mas estão constantemente sendo lembrados da presença delas por meio de simpáticos avisos do tipo “sorria, você está sendo filmado”. É claro que nem sempre há alguém observando as imagens fornecidas pela câmera, e muitas vezes ela nem está ligada, algumas vezes não há realmente uma câmera, apenas o aviso. Esse tipo de vigilância tem a característica panóptica de ser visível e inverificável: sem saber se há um observador do outro lado do equipamento, os

indivíduos auto regulam seu comportamento por medo de estarem sendo filmados. O mesmo acontece com os sensores de velocidade e semáforos controlados: o motorista não tem como saber se os equipamentos estão ligados - nem sempre a prefeitura mantém todos eles funcionando ao mesmo tempo - no entanto, como não pode ser verificado, o equipamento funciona como regulador, provoca o autocontrole dos motoristas que temem ser multados.

O controle contínuo traz consigo problemas éticos. O indivíduo sob vigilância contínua perde a capacidade de escolha das suas atitudes, não pondera sobre a moral, sobre seus valores, simplesmente deixa de fazer o “errado” por medo de uma punição. Esse “errado” já é dado, não avaliado caso a caso. Os valores de bem e mal, certo e errado estão dados a priori, não são mais uma dualidade, uma oposição: o Bem seria a supressão do Mal. Segundo o pesquisador brasileiro Edson Passeti (1999), tratar-se-ia de um retorno à ética kantiana, uma capacidade a priori para distinguir o mal. A identificação do mal faria cessar os sofrimentos. O indivíduo, que não toma mais suas decisões políticas, tornando-se “mero espectador das circunstâncias”, seria levado a um julgamento compassivo e indignado, “que olha o mal não como um inverso do bem, mas a partir do que dispõe o bem como supressão do mal”. Para o autor o discurso universalista dos direitos humanos levaria a uma crença no acesso ao não-mal, “como prevenção geral capaz de suprimir a possibilidade de sua existência” (PASSETI, 1999, p. 59).

A instauração do Panóptico, tanto por meio das câmeras quanto por toda a gama de aparelhos cada vez mais populares e espalhados pela sociedade - celulares, celulares com câmera, conectados a *web*, *web* móvel para *notebooks*, máquinas de cartão de crédito e débito, caixas eletrônicos, todo o tipo de cartões de identificação vale transporte, de controle de entradas e saídas, cartões de compras de lojas, leitores de impressão digital em locadoras, em consultórios médicos, etc -, continua o propósito de eliminação das diferenças, previsão dos comportamentos em prol do controle social. Esse controle tem como objetivo a proteção da propriedade e manutenção dos sistemas - das instituições, do capitalismo, dos Estados, etc. Cada vez menos espaços sobram livres do “olhar do Panóptico”. Se deixarmos de realizar as escolhas éticas em nossa vida, se deixamos de ponderar sobre as conseqüências de nossas ações, sobre o modo de vida que implicam, simplesmente agindo conforme os modelos introjetados de “bom cidadão” com medo da vigilância contínua, também deixamos de produzir singularidades. Deixamos de ser os sujeitos de nossas ações, produtores de nossa subjetividade, e passamos a ser apenas *sujeitos aos sistemas*.

Subjetividades contemporâneas

Eliminação das singularidades

O filósofo francês Bernard Stiegler parte da psicanálise para desenvolver sua crítica às subjetividades contemporâneas. Para o filósofo, o capitalismo contemporâneo, auxiliado pelo marketing e pelos dispositivos audiovisuais e de entretenimento, procura eliminar as diferenças individuais, promovendo uma sincronização dos gostos e dos comportamentos. Esse sistema do capitalismo hiperindustrial precisa de um intenso fluxo de capital para se sustentar. O consumo precisa existir e ser contínuo, as pessoas precisam seguir comprando tudo o que é produzido pelas indústrias, independentemente

da necessidade real de tais produtos. Provocar o permanente desejo de consumir torna-se então o foco das ações de marketing. “O problema da indústria é fazer de tal forma que um produto se torne sempre, o mais rápido possível, obsoleto” (STIEGLER, 2007, p. 47).

A velocidade acelerada de produção, aquisição, troca, descarte, reposição de bens de consumo alimenta uma produção midiática a serviço desse sistema. A cultura de massa age como controladora social, formando comportamentos por meio de estratégias que acabam com as diferenças individuais, em prol de uma previsibilidade dos comportamentos e, conseqüentemente, do consumo. Essas estratégias promovem uma sensação de repugnância àquilo que já se tem, de forma a manter sempre ativado o desejo do consumo.

Criar repugnância é coisa grave. Chega-se a só fazer isso: fazer com que a repugnância seja sempre alcançada pelo gosto, antes mesmo que este tenha tido tempo de se constituir: criar repugnância quer dizer, necessariamente, liquidar o gosto, isto é, o julgamento estético, e fazer de forma que as pessoas sejam tão tomadas pela necessidade de consumir que elas não tenham nem um tempo de apropriação das coisas: o consumismo é o desaparecimento do tempo (STIEGLER, 2007, p. 48).

Não há a vontade de possuir, mas de consumir. Logo, esse desejo nunca pode ser satisfeito, independentemente do quanto alguém consuma, permanece sempre um sentimento de falta, generalizado. Alimentando-se disso, a mídia oferece diversos modelos de felicidade, que funcionam como uma ilusão de subjetividade. Comprando um ou outro produto, o consumidor identificar-se-ia com essa subjetividade carregada de ilusão de satisfação (STIEGLER, 2007). Esse “capitalismo cultural” seria capaz de “fabricar modos e estilos de vida, transforma[r] a vida cotidiana segundo seus interesses imediatos, padroniza[r] as existências pelo viés dos 'conceitos de marketing' “ (STIEGLER, 2008, p. 34).

Desse modo, Stiegler defende que ocorre hoje uma “perda generalizada de individuação” (STIEGLER, 2008). O consumidor teria seu comportamento padronizado pela fabricação artificial de seus desejos, e mesmo sua singularidade, a sua consciência de si seria liquidada através dos “dispositivos de sincronização”.

[...] uma consciência é essencialmente uma consciência de si: uma singularidade. Só posso dizer ‘eu’ porque dou a mim mesmo meu próprio tempo. Enormes dispositivos de sincronização, as indústrias culturais, em particular a televisão, são máquinas de liquidar esse ‘si mesmo’ (STIEGLER, 2008, p. 35).

A televisão é um exemplo desses dispositivos de sincronização, já que mobiliza centenas de milhares de pessoas a assistir simultaneamente uma programação ao vivo, regularmente todos os dias no mesmo horário, todos repetindo o mesmo comportamento de consumo audiovisual, de forma que as consciências singulares passam a compartilhar a mesma experiência, tornando-se uma mesma consciência, eliminando as singularidades. “[...] [S]e, todos os dias, elas repetem, na mesma hora e regularmente, o mesmo comportamento de consumo audiovisual, porque tudo as leva a isso, tais ‘consciências’ terminam por tornar-se a consciência da mesma pessoa isto é, de

ninguém” (STIEGLER, 2008, p. 35). Stiegler propõe que tal eliminação das singularidades a favor de uma sincronização das consciências resultaria numa subjetividade gregária – de rebanho.

Stiegler contrapõe o capitalismo cultural com os “programas socioétnicos” das culturas, que são os processos rituais simbólicos que promovem o estabelecimento da diferença para efetuar o controle social em nome de algo maior que a própria sociedade, uma força transcendente - por exemplo: os espíritos, os ancestrais, os fantasmas. A cultura busca afirmar a diferença para efetuar o controle social (STIEGLER, 2007). O capitalismo cultural, por outro lado, promove o fim da afirmação da diferença, liquidando e substituindo os “programas socioétnicos” pelos dispositivos de sincronização, que eliminam as diferenças, fazem com que “o meu passado se torne igual ao passado dos meus vizinhos, para que nossos comportamentos se gregarizem” (STIEGLER, 2008, p. 35), sem que tenhamos de fato interagido ou compartilhado experiências.

Subjetividades prêt-à-porter

Suely Rolnik, psicanalista brasileira, descreve o processo de produção de subjetividade do ponto de vista da psicanálise. A subjetividade seria uma figura de si criada como resposta a uma pressão do ambiente sobre um indivíduo. O ambiente é o conjunto dinâmico de universos sociais e culturais, que afetam os indivíduos, promovendo relações entre as sensações provocadas e os desejos mobilizados por tais sensações. Uma subjetividade seria delineada a partir de uma composição específica dessas relações. Seria criada por um indivíduo a partir das relações que ele estabelece com o meio sócio-cultural em que está inserido. Na modernidade o indivíduo manteria uma certa estabilidade em sua subjetividade para conseguir lidar com as mudanças que acontecem no meio. A cada mudança no contexto novas sensações seriam provocadas e, portanto, novas relações entre desejo e sensações seriam estabelecidas, porém sem uma alteração na figura na qual a subjetividade se reconhece (ROLNIK, 1999). No entanto, quando os universos alteram-se continuamente, sucessivamente, excessivamente, a subjetividade não consegue manter essa figura constante. Para adaptar-se aos novos estímulos sociais e culturais, torna-se necessário uma nova subjetividade, que é obrigada a se reconfigurar. Na lógica hiperindustrial o meio muda muito e rapidamente, de forma que uma subjetividade estável não consegue mais se articular e é requisitada a se reinventar a todo instante (ROLNIK, 1999).

A autora afirma que na modernidade essa desestabilização da subjetividade era considerada uma doença mental, associada aos anormais, aos loucos, aos fracassados, que não conseguiam manter uma unidade de identidade. No tempo atual, no entanto, como efeito da mudança constante dos universos, da globalização e das freqüentes inovações tecnológicas, a desestabilização é constante de tal forma que não pode mais ser considerada como anormal. As identidades locais relativamente estáveis estariam “pulverizadas”, e teriam que se configurar como “identidades globalizadas flexíveis”, que seriam como “identidades prêt-à-porter” (prontas para usar), que o indivíduo poderia escolher e usar por um período, e descartar e substituir quando convier (ROLNIK, 1999).

Processos de subjetivação

As mesmas tecnologias também já provocam mudanças em nós, em nossa compreensão de nós mesmos e em nossa maneira de nos construirmos. Não somos mais os sujeitos modernos únicos, singulares, com uma alma única e profunda, uma psique oculta por meio da qual podemos encontrar a verdade sobre nós mesmos. Somos sujeitos adaptáveis, respondemos rapidamente às mudanças na moda, na tecnologia, no comportamento. Aprendemos os novos idiomas, novos costumes e sabores exóticos, mudamos nosso estilo para obter sucesso no trabalho, nas relações amorosas, e mesmo a moral não é mais estável e duradoura, sendo rapidamente substituída para parecer mais democrática e politicamente correta.

O filósofo francês Gilles Deleuze descreve esse tipo de sociedade na qual estamos entrando. Nas sociedades de controle já não são utilizadas as técnicas de poder sobre os corpos, característica da sociedade disciplinar. Esse poder seria exercido de maneira mais sutil, porém contínuo. Um controle contínuo e uma comunicação instantânea, permitidos pelas tecnologias de controle ‘ao ar livre’. As sociedades disciplinares, descritas por Michel Foucault, apresentavam a marca, que identificava o indivíduo, e o número que indicava sua posição na massa. Nessas sociedades, o poder era ao mesmo tempo massificador e unificante, formava um corpo com aqueles sobre quem se exercia ao mesmo tempo em que moldava a individualidade de cada um. Nas sociedades de controle não existe mais uma marca nem um número de inscrição, mas uma cifra: uma senha que permite ou proíbe o acesso. Não se trata mais da dualidade indivíduo-massa, os indivíduos converteram-se em *divíduos*, e as massas são os indicadores, mercados ou bancos de dados. O corpo individual é substituído por uma matéria *dividual* cifrada que é preciso controlar. Agora o instrumento de controle social é o marketing, o indivíduo não está mais encerrado, mas endividado (DELEUZE, 1995).

Numa sociedade capitalista, controlada, alienada, na qual fazemos parte de uma massa de divíduos, não mais seres singulares, indivíduos subjetivos, mas consumidores com perfis de comportamento previsíveis, gestos vigiados e gostos e opiniões fabricáveis, a subjetividade não poderia ser considerada um elemento a priori, que naturalmente distingue os indivíduos (DELEUZE, 1995, pg. 152). O sujeito profundo, individual, é uma construção do século XIX. O indivíduo contemporâneo é feito de superfícies, aparências, jogo de espelhos como sugeriu Deleuze.

Uma obra de arte, nesse contexto não poderia mais ser compreendida como a expressão da singularidade interior de uma pessoa. Os objetos produzidos para alimentar um sistema de compra e venda, de exposições e espetáculos, também não possuiriam em si uma profundidade mítica que provocaria experiências de transcendência (idéia moderna de ubiquidade da obra de arte). No entanto alguns deles poderiam sim funcionar como **dispositivos** para deflagrar momentos em que alguma diferença se faz em nós, momentos singulares, únicos. As obras de arte não são os únicos dispositivos que promovem esses momentos de produção de singularidade, acreditamos que quando esses momentos acontecem provocam uma experiência estética na própria vida, e ela mesma se converte numa *obra de arte*. As “zonas livres” que procuramos são locais com a potencialidade de abrigar esse tipo de produção de subjetividades estéticas.

Trata-se aqui de uma noção política de subjetividade como produto de um conjunto de relações, derivada de uma concepção de sujeito desligada da metafísica, ou seja, que

não considera mais o sujeito como autoconsciente, “dotado de uma liberdade absoluta, que funda sua própria autonomia em uma metafísica do espírito” (NEGRI, 2003, p. 180) - a idéia de autoria moderna é fundada nesse conceito metafísico de sujeito. A partir da filosofia pós-estruturalista francesa, o sujeito passou a ser considerado como “produto de uma série de elementos heterogêneos, de determinações estranhas ao sujeito (enquanto auto-identificação ou identidade pressuposta)”, e passa a ser concebido a partir das modalidades de conhecimento específicas de cada época (NEGRI, 2003). “O sujeito é produto diferente das diversas tecnologias em jogo em cada época: elas são, ao mesmo tempo, as do conhecimento e as do poder. Cada sujeito é, pois, o resultado de um processo de subjetivação” (NEGRI, 2003, p. 180).

O sujeito pós-moderno é compreendido como resultado de um **processo de subjetivação**, ou seja, da relação do indivíduo com um conjunto heterogêneo de elementos compostos do contexto cultural, social, tecnológico e político no qual ele está inserido.

Dispositivos

O filósofo italiano Giorgio Agamben define a produção de subjetividade, a partir dos escritos de Michel Foucault, como a relação travada pelos indivíduos com os dispositivos. Segundo Agamben, os dispositivos, no contexto da filosofia foucaultiana, são uma série de práticas e mecanismos que têm como objetivo responder a uma urgência e conseguir um efeito. Os conjuntos heterogêneos são isso: redes que se estabelecem entre elementos como a linguagem, os discursos, as instituições, as leis, as proposições filosóficas, os enunciados científicos; que têm uma função estratégica concreta e se inscrevem numa relação de poder. Os dispositivos são qualquer tipo de coisa que tenha “a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos” (AGAMBEN, 2005).

Agamben afirma que podemos generalizar duas grandes classes: a dos seres vivos - ou das substâncias -, e a dos dispositivos. Entre as duas, como derivante, há os sujeitos. O sujeito é o resultado da relação entre os seres vivos e os aparatos, ou seja, o processo de subjetivação - de constituição de um sujeito - se dá a partir da relação dos seres com os dispositivos. O autor comenta que as substâncias e os sujeitos podem parecer se sobrepor, como no paradigma metafísico, mas isso não acontece completamente já que um mesmo indivíduo - uma mesma substância - pode ser o lugar de múltiplos processos de subjetivação:

À ilimitada proliferação dos dispositivos, que define a fase presente do capitalismo, faz confronto uma igualmente ilimitada proliferação de processos de subjetivação. Isto pode produzir a impressão de que a categoria da subjetividade no nosso tempo vacila e perde consistência, mas trata-se, para sermos precisos, não de um cancelamento ou de uma superação, mas de uma disseminação que acrescenta o aspecto de mascaramento que sempre acompanhou toda a identidade pessoal (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Deleuze define o dispositivo como “uma meada, um conjunto multilinear, composto por linhas de natureza diferente”. De maneira bastante metafórica, ele identifica as

diferentes “linhas” na obra de Foucault: a princípio ele aponta as curvas de visibilidade e as curvas de enunciação, esclarecendo que não são sujeitos nem objetos, mas regimes; em seguida ele cita as linhas de força, que são produzidas em cada relação de um ponto a outro e passa por todos os lugares de um dispositivo; posteriormente Foucault teria descoberto as linhas de subjetivação,

“Foucault pressente que os dispositivos que analisa não podem ser circunscritos por uma linha que os envolve sem que outros vectores não deixem de passar por baixo e por cima: “transpor a linha”, como ele diz; será isso “passar para outro lado”? Este superar da linha de força, em vez de entrar em relação linear com uma outra força, se volta para a mesma, actua sobre si mesma e afecta-se a si mesma. Esta dimensão do “Si Próprio” (Soi) não é de maneira nenhuma uma determinação preexistente que se possa encontrar já acabada. Pois também uma linha de subjectivação é um processo, uma produção de subjectividade num dispositivo: ela está para se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou torne possível. É uma linha de fuga. Escapa às outras linhas, escapa-se-lhes. O “Si Próprio” (Soi) não é nem um saber nem um poder. É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos” (DELEUZE, 1996).

Deleuze explica o processo de subjetivação na filosofia de Foucault como uma relação da força consigo própria, uma ação de um indivíduo que tenha como efeito constituir-se sujeito da própria ação. O autor afirma que Foucault não utiliza o termo *sujeito* como pessoa ou forma de identidade, mas emprega *subjetivação*, no sentido de processo, e *si* (Soi) no sentido de relação consigo. A subjetivação não pode ser confundida com um sujeito, nem ao menos teria a ver com a pessoa, “é uma individuação, particular ou coletiva, que caracteriza um acontecimento (uma hora do dia, um rio, um vento, uma vida). É um modo intensivo, e não um sujeito pessoal” (DELEUZE, 1992, p. 123).

Subjetivação que escapa: ética e estética

A obra de Foucault descreve a formação das instituições disciplinares, e por meio delas a constituição de um novo campo de saberes e de relações de poder. Os saberes são derivados da organização disciplinar dos corpos no espaço, as relações de poder se estabelecem entre os corpos disciplinados. Se estamos enredados num jogo de forças, aprisionados em relações de poder - família, Estado, trabalho, consumo, controle, etc. -, a forma de resistência, para Foucault, seria **“dobrar” a linha de força** conseguindo com que ela afete a si mesma. Seria preciso “dobrar” a relação de forças a partir de uma “relação consigo que nos permita resistir, furta-los, fazer a vida ou a morte voltarem-se contra o poder” (DELEUZE, 1992, p. 123).

Segundo a maneira de se dobrar a linha de força, trata-se da constituição de modos de existência, ou da invenção de possibilidades de vida [...], **não a existência como sujeito, mas como obra de arte**. Trata-se de inventar modos de existência, segundo regras facultativas, capazes de resistir ao poder bem como se furta ao saber, mesmo se o saber tenta penetrá-los e o poder tenta apropriar-se deles. Mas os modos de existência ou possibilidades de vida não cessam de se recriar, e surgem novos (DELEUZE, 1992, p. 116, grifo nosso).

Dobrar a linha de força seria criar regras auto-sugeridas para sua própria vida, regras facultativas, diferentes das regras coercitivas da lei (poder) ou de formas determinadas da moral (saber). Criar um conjunto de regras optativas que sirvam para avaliar nossas ações segundo o modo de existência que implicam. Daí a afirmação de que são “regras facultativas que produzem a *existência como obra de arte*, regras ao mesmo tempo éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida” (DELEUZE, 1992, p. 123, grifo nosso). “É isso a subjetivação: dar uma curvatura à linha, fazer com que ela retorne sobre si mesma, ou que a força afete a si mesma” (DELEUZE, 1992, p. 141).

Segundo Deleuze, os processos de subjetivação seriam as operações por meio das quais os indivíduos ou as comunidades se constituem como sujeitos “à margem dos saberes constituídos e dos poderes estabelecidos, podendo dar lugar a novos saberes e poderes” (DELEUZE, 1992, p. 188). Acima de tudo, a subjetivação é o processo de produção de modos de existência ou estilos de vida, trata da invenção de **modos de existência éticos e estéticos** (DELEUZE, 1992). “Trata-se da constituição de modos de existência, ou, como dizia Nietzsche, a invenção de novas possibilidades de vida. A existência não como sujeito, mas como obra de arte; esta última fase é o pensamento-artista” (DELEUZE, 1992, p. 120).

Agamben propõe que o sujeito não é algo que existe diretamente na realidade material, mas é o resultado de um corpo-a-corpo com os dispositivos em que se coloca em jogo, assim como o *autor*, da mesma maneira, é uma derivada de uma relação com a escritura, com o dispositivo da linguagem.

E assim como o autor deve continuar inexpresso na obra e, no entanto, precisamente desse modo testemunha a própria presença irreduzível, também a subjetividade se mostra e resiste com mais força no ponto em que os dispositivos a capturam e a põem em jogo. Uma subjetividade produz-se onde o ser vivo, ao encontrar a linguagem e pondo-se nela em jogo sem reservas, exhibe em um gesto a própria irreduzibilidade a ela. Todo o resto é psicologia e em nenhum lugar na psicologia encontramos algo como um sujeito ético, com uma forma de vida (AGAMBEN, 2007, p. 63).

O filósofo italiano Antonio Negri identifica na obra de Foucault três formas de subjetivação: a princípio, a constituição do sujeito se dá pelas diversas maneiras pelas quais o conhecimento adquire o estatuto de ciência, se consolidando através do dispositivo da linguagem; a segunda forma de subjetivação seria a partir das práticas de divisão e classificação do sujeito dentro de si ou em relação aos outros, que o classifica e o objetualiza - por exemplo quando separa o louco e o são, o doente e o saudável, o criminoso e o cidadão de bem; a terceira forma é a que caracteriza o biopoder, a adoção das divisões científicas e classificações nas técnicas de disciplina e controle (NEGRI, 2003). Negri propõe que após definir diversas formas de constituição do sujeito “do lado de fora”, Foucault teria procurado maneiras pelas quais o sujeito reagiria às técnicas de poder que o constituíram. A resposta ao poder, a resistência por parte do sujeito seria a capacidade de agir sobre si mesmo, de constituir-se a si mesmo escolhendo o modo de vida que as suas ações implicam: “a ética diz respeito à maneira como cada um constrói a si mesmo como sujeito moral” (NEGRI, 2003, p. 182).

É este o ponto crucial do discurso foucaultiano: é que a morte de Deus (ou a do homem) que o estruturalismo havia teorizado (e que não significa outra coisa a não ser o fim da metafísica) é transformada por Foucault em uma forte reivindicação do agir humano. A passagem desconstrutiva do estruturalismo transforma-se aqui em passagem genealógica, e se trata da genealogia de nossa existência, e portanto de uma expressão de potência, ou seja, de uma ética da existência (NEGRI, 2003, p. 181).

Negri faz uma distinção entre moral e ética. A primeira é o conjunto de regras que definem a conduta das pessoas, um conjunto de valores e regras presentes na estrutura da sociedade e da cultura da qual um indivíduo faz parte. A ética, por outro lado, “diz respeito à maneira pela qual cada um constrói a si mesmo como um sujeito moral”. Para Negri a ética é a linha do desejo, uma potência construtiva. Para nós, a ética da existência passa também por uma estética da existência, e nos interessa a produção de subjetividades que resistem, que escapam aos moldes disciplinares e ao controle.

Arte como dispositivo

Se os dispositivos são, conforme afirmou Agamben, aquilo que, na relação com os seres vivos, produzem o sujeito, se são qualquer tipo de coisa que tenha a capacidade de orientar, determinar, modelar condutas, gestos e opiniões, podemos afirmar que também a arte é um dispositivo. As obras de arte atuam, como todas as outras coisas, em processos de subjetivação, no momento em que um indivíduo se relaciona com elas. Uma obra de arte também é um conjunto heterogêneo composto pelo objeto e suas características materiais, pelo seu conteúdo, seu valor comercial, sua inserção na e relação com a história da arte, com o sistema das artes, com o espaço em que se encontra seja um museu, uma residência, um espaço público ou uma galeria comercial, etc.

No paradigma pós-moderno, não podemos mais compreender as obras de arte como expressões de sujeitos singulares, que pré-existem como almas que receberam um dom. Os objetos produzidos para alimentar o sistema de compra e venda, de exposições e espetáculos, não possuem em si uma profundidade mítica que provocaria experiências de transcendência, uma aura. As obras de arte são criações de indivíduos, podem ser produtos de processos de subjetivação de seus autores, e podem provocar processos de subjetivação no encontro com os seus espectadores.

Podemos imaginar alguns exemplos. Uma pintura renascentista revela os paradigmas de pensamento da época na qual foi produzida, é o produto da relação do pintor com os aparatos óticos que surgiram naquela época, com os materiais e técnicas disponíveis, com a ideologia do homem universal. A obra de Leonardo da Vinci - suas pinturas, os desenhos de estudos de anatomia, os projetos de máquinas, etc. - pode ser considerada como o produto dos vários processos que se estabeleceram entre o ser vivo Leonardo e os dispositivos que o circundavam para produzir um sujeito, almejando ser o homem universal. Uma pintura renascentista também funciona como dispositivo para a produção de um sujeito quando um indivíduo se relaciona com o conteúdo paradigmático que ela contém - com o ponto de vista único perspectivado, que organiza e hierarquiza o espaço a partir de um observador identificado no espectador que a contempla, etc. Uma pintura de Jackson Pollock também pode ser considerada o

produto de um processo de subjetivação de seu autor. Ainda mais claramente podemos percebê-la como o produto de uma atitude performática, cujo valor está principalmente em ser testemunha de seu processo de fatura. Revela também a ideologia moderna em meio a qual emergiu, como expressão da singularidade de seu autor. Ao mesmo tempo funciona como dispositivo quando é confrontada por um espectador, já longe de seu autor, habitando um outro espaço que não aquele no qual foi produzida. Longe de seu produtor, ele contém apenas indícios de um acontecimento performático anterior, mas é performativa no encontro com aquele novo ser vivente que a observa. Tanto a obra de Da Vinci quanto de Pollock emergem de escolhas estéticas e éticas que envolvem a própria vida de seus criadores - daí poderem ser consideradas como produtos de processos de subjetivação -, mas teriam elas o potencial de provocar subjetivações éticas e estéticas nos espectadores contemporâneos? Teriam o potencial de promover momentos em que a vida daqueles que se relacionam com elas converte-se ela mesma em arte?

Nem toda obra de arte produz subjetivações que escapam ou resistem, pelo contrário, podem mesmo produzir os sujeitos disciplinados, os consumidores, os bons cidadãos. Elas não precisam estar no sistema das artes, nem ao menos precisam ser obras, mas precisam funcionar como dispositivos para deflagrar momentos em que alguma diferença se faz em nós, momentos singulares, únicos, em que a subjetividade produzida implique numa escolha ética, na produção de uma estética da existência, em que a própria vida possa se converter em poesia.

Foi dito que o sujeito é resultado do encontro dos seres viventes com os dispositivos (AGAMBEN, 2005), e que as obras de arte funcionam como dispositivos nos processos de subjetivação. Quando a relação de alguém com um dispositivo promove um efeito sobre si mesmo, produz-se um sujeito, quando alguém escolhe suas ações segundo o efeito que produz em sua vida, segundo o modo de vida que implicam, produz-se uma **subjetividade ética ou estética** (DELEUZE, 1992). Deleuze sugere que a escolha ética é uma **dobra nas relações de força**, uma “relação consigo mesmo, que nos permite resistir, escapar, reorientar a vida ou a morte contra o poder” (DELEUZE, 1992, p. 85). As dobras nas relações de força seriam realizadas ao se criar regras para a própria vida, regras auto-instituídas e revogáveis, que nada têm a ver com a moral ou com as leis, “regras facultativas que produzem a existência como obra de arte, regras éticas e estéticas que constituem modos de existência ou estilos de vida” (DELEUZE, 1992, p. 85).

Também foi proposto que as obras de arte são produtos de processos de subjetivação dos artistas que as criaram, de suas escolhas estéticas e éticas ao construir-se a si mesmos como sujeitos, mas também funcionam como dispositivos em processos de subjetivação de terceiros, dos espectadores que entram em contato com elas.

Trabalhos de arte podem funcionar como dispositivos para a produção de subjetividades que escapam, ou podem simplesmente servir como dispositivos que produzem o tipo de sujeito desejado pelos sistemas de controle corporativos ou governamentais. Para que tenham a potência de esquivar não podem ser apenas produtos dos processos de subjetivação dos artistas, mas precisam produzir subjetivações éticas e estéticas nos

espectadores. Não é suficiente serem o resultado de um processo de dobra na relação de força de um indivíduo com os poderes aos quais está submetido, mas é preciso que funcionem como dispositivos que provoquem mais dobras em mais processos de subjetivação, criando verdadeiros nós.

Zonas livres: dispositivos utilizados para a produção de subjetividades estéticas

A mesma tecnologia que produz o controle e a vigilância, democratizada na forma de câmeras digitais, telefones celulares equipados com câmeras, e outros equipamentos móveis, também permite a possibilidade de qualquer pessoa participar da construção do discurso cultural, produzindo seus próprios registros e publicando-os, em *web-sites* gratuitos como os *fotologs*, *blogs*, *youtube*. Apesar de servir para a produção de singularidades, não deixa de ser a realização total do projeto do Panóptico completo e auto-regulado, regime de transparências, visibilidade total, onde cada um é vigia do próximo. O uso que se faz dessa tecnologia e a intenção ética ou estética é que poderá transformar um ato de manutenção do controle em ação de resistência.

O mapeamento das zonas livres procura identificar, no universo do centro da cidade de Fortaleza, regiões instauradas pelo uso de traquitanas tecnológicas que permitem a produção de subjetividades éticas e estéticas. Isso acontece a partir da relação com tecnologias simples, cotidianas, tais como *cd-players*, microfones, sintetizadores, autofalantes, etc, equipamentos comuns utilizados de maneira não programada a princípio por seus fabricantes.

Partimos dos conceitos de Zonas Autônomas Temporárias, de Hakim Bey (1990), e de Heterotopias, de Michel Foucault (1984), para identificar e nomear as Zonas Livres. Ambos tratam de espaços que existem na realidade concreta, mas que contém em si a possibilidade de um funcionamento imperfeito e imprevisível, que permite, dentro da imperfeição e imprevisibilidade, produzirem-se novas relações sociais, outras maneiras de existir e de agir. As Heterotopias e as TAZ existem no espaço concreto, mesmo que temporariamente. Nos dois ambientes as hierarquias são anuladas, e podem se ensaiar diferentes ordens de relações. Nesses sítios instauram-se espaços de exercício de liberdade. Eles ao mesmo tempo contêm e contrapõem outros espaços que existem, e se instauram em brechas nas sociedades, nos lugares “que sobram”, para Foucault, e “fora do controle do Estado”, para Bey.

Chamamos de Zonas Livres as espacialidades criadas geralmente pelo som. Encontramos no centro de Fortaleza inúmeras soluções criativas do comércio informal, e no meio das feiras que se instalam de maneira desregrada nas praças e calçadas da cidade podemos identificar essas zonas sonoras.

A maioria dessas zonas é instalada ao redor de traquitanas tecnológicas. São utilizadas traquitanas sonoras que são mais ou menos abertas. As mais abertas são os aparelhos de videokê, instalados em bares populares, que permitem com que os usuários exercitem a criação de subjetividades estéticas durante o tempo decorrido da música que cantam. Ou os equipamentos portáteis utilizados por músicos que se apresentam em praça pública, compostos de microfone, amplificador e sintetizador, ou mesmo um *cd-player* com uma gravação *playback*. Tecnologias mais fechadas são as gambiarras tecnológicas montadas

sobre carrinhos de mão ou bicicletas compostas de *cd-player* e autofalantes acoplados em caixas de madeira, utilizados para a oferta e venda de cds produzidos de forma doméstica, muitas vezes gravações caseiras originais de músicos desconhecidos. Tais traquitanas também podem ser utilizadas para outros fins, sempre incorporando tecnologias como *cds-players*, *dvds-players* e autofalantes. Encontramos esse tipo de solução em carrinhos de coco ou bicicletas que vendem veneno de rato.

Essas zonas que se instauram ao redor da traquitana emissora de som são potencialmente áreas de liberdade criativa, onde relações interpessoais ou comerciais não previstas são travadas. Zonas de liberdade nas quais um transeunte qualquer é fisgado em seu percurso. O tipo de uso que se faz das tecnologias nessas áreas pode ser considerado como uma dobra nas relações de força. O indivíduo escolhe a maneira como se relaciona com tais aparatos, e não apenas utiliza o modo básico para que o equipamento foi projetado. O indivíduo escolhe o modo de vida que isso implica, muitas vezes ilegal (nos casos em que as traquitanas são usadas para comercializar cds pirata, por exemplo), ou não-modélico (quando se arriscam a passar por ridículos, nos videokês, por exemplo). Ao retomar a escolha, exerce a ética produzindo uma subjetividade estética.

Tais produções de subjetividade possuem a qualidade de serem invisíveis: acontecem em espaços públicos ou semipúblicos, sob a mira das câmeras estatais e privadas. Mas são pessoas comuns praticando atos que não se distinguem do fluxo cotidiano. As subjetividades éticas e estéticas produzidas nesse contexto são absolutamente ordinárias, e está aí sua potência de resistência.

Referências:

AGAMBEN, Giorgio. **Profanações**. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo, Boitempo Editorial, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. **O que é um dispositivo?** Trad. Nilcéa Valdatti. In: Outra travessia, nº 5, Florianópolis, Editora da UFSC, p. 9-16, 2005..

BENTHAM, Jeremy. **O Panóptico**. Org. e trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2000.

BEY, Hakim. **TAZ- zonas autônoma temporária**. Trad. Patrícia Decia & Renato Resende. 1990. Disponível em: < <http://www.sabotagem.cjb.net>>. Acesso em 09, agosto, 2007.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo, Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: **O mistério de Ariana**. Lisboa, Ed. Vega - Passagens, 1996.

FOUCAULT, Michel. Outros Espaços. 1984. In: FOUCAULT, M. **Ditos e escritos vol. III – Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2ª ed. Org. Manoel Barros da Motta, trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. Nascimento da prisão**. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Editora Vozes, 2004.

NEGRI, Antonio. **Cinco lições sobre Império**. Tradução de Alba Olmi. Rio de Janeiro, DP&A editora, 2003.

PASSETI, Edson. **Sociedade de controle e abolição da punição**. São Paulo em Perspectiva. (on-line). Julho/set. 1999. V 13, no 3, P 56-66. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s0102-88391999000300008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 03, abril, 2006.

ROLNIK, Suely. **Novas Figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea**. 1999. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/suely%20rolnik.htm>> Acesso em 15, maio, 2007.

STIEGLER, Bernard. **A hipermassificação e a destruição do indivíduo**. In: Le Monde Diplomatique Brasil, pg. 34-36. Ano 2, n° 7, fevereiro, 2008.

STIEGLER, Bernard. **Reflexões (não) contemporâneas**. Org. e Tradução Maria Beatriz de Medeiros Chapeçó, Argos Editora, 2007.

Currículo resumido

¹Mestre em Artes Visuais pelo Programa de Pós-graduação em Artes Visuais do Centro de Artes (CEART) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), orientada pela Prof^a. Dr^a. Yara Guasque. Artista multimídia. Bacharel em Artes Plásticas pela Universidade de São Paulo (USP). luanaveiga@yahoo.com.br

²Graduando em Artes Visuais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE). Artista audiovisual. Integrante do grupo de pesquisa organizado pelo Prof. Ms. Herbert Rolim. Bolsista do Museu de Arte da Pampulha, em 2005/2006. Bolsista da FUNCET, Fortaleza, em 2004 e 2008. ticiano.monteiro@gmail.com.